EDITAL DE ABERTURA Nº 002/2026, DE 22 DE JULHO DE 2026
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO EFETIVO E CONSTITUIÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPEVA/SP

O Instituto de Desenvolvimento e Capacitação (IDCAP) torna público o **padrão de resposta oficial da prova de discursiva** do Concurso Público 002/2026 – Prefeitura Municipal de Itupeva.

PROVA DE REDAÇÃO

Para a produção da redação, devem ser lidos atentamente os textos motivadores apresentados a seguir:

TEXTO 1

Câmeras de Segurança e LGPD: monitoramento de indivíduos sob a ótica de proteção de dados

Com a vigência da Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), Lei n.º 13.709/2018, a privacidade e a segurança da informação assumiram papel de destaque nas rotinas sociais.

O uso de ferramentas de monitoramento, como as câmeras de vigilância, é muito comum nas indústrias, comércios e até em consultórios médicos, odontológicos e prestadores de serviços, por exemplo.

O art. 5º, inciso I, da LGPD, conceitua dado pessoal como "informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável". Assim, as imagens coletadas pelas câmeras são consideradas como dados pessoais, na medida em que são capazes de identificar uma pessoa física.

A partir da vigência da LGPD, todo e qualquer tratamento de dados, para ser lícito, deve observar, no mínimo, os seguintes pontos: (i) ter uma base legal que o justifique (artigos 7º e 11); (ii) atender aos princípios da Lei (art. 6º) e (iii) adotar regras que garantam a segurança da informação (arts. 46 e 47).

A vídeo vigilância é legal se for necessária para cumprir o interesse legítimo do responsável pelo tratamento ou de terceiro, a menos que tal interesse seja anulado pelos interesses, direitos e liberdades fundamentais do titular. O legítimo interesse pode ser jurídico, econômico ou imaterial. Este sopesamento somente pode ser feito no caso concreto.

Retirado e adaptado de: GONÇALES, Juliana Callado. Câmeras de segurança e a LGPD: monitoramento de indivíduos sob a ótica de proteção de dados. **Silveira Advogados**. Disponível em: https://www.silveiralaw.com.br/cameras-de-seguranca-e-a-lgpd-monitoramento-de-individuos-sob-a-otica-de-protecao-de-dados/. Acesso em: 10 ago. 2026.

TEXTO 2

Câmeras com IA prometem prever crimes antes que aconteçam, mas acendem alerta sobre privacidade

Câmeras de monitoramento estão entre as soluções mais comuns para tentar desencorajar a ação de criminosos. Agora, em vez de apenas gravar o que acontece no local, esses equipamentos também são usados para prever roubos e outras ocorrências.

O chamado policiamento preditivo tenta identificar situações fora do padrão antes que elas resultem em delitos. Com apoio de inteligência artificial, essa tecnologia tem sido aplicada em cenários cada vez mais complexos.

Imagens de câmeras, antes analisadas por pessoas, passam a ser examinadas por sistemas capazes de emitir alertas quando alguém, por exemplo, permanece parado por muito tempo no mesmo local, em um comportamento considerado suspeito.

Esse tipo de ferramenta atrai o interesse, pois possibilita uma fortificação na segurança, mas preocupa especialistas, que alertam para a falta de regulação e para o risco de um estado de vigilância permanente sobre pessoas que não estão praticando crimes.

Como funciona?

"O sistema se conecta à câmera, transforma a imagem em metadados e reconhece padrões. Se o padrão da imagem for alterado, ele emite um alerta", explica Nicolau Ramalho, fundador da NoLeak, empresa que desenvolveu um sistema de policiamento preditivo para segurança privada.

Nesse contexto, metadados são o resultado da conversão de elementos do vídeo em sequências numéricas. Os sistemas são treinados com imagens de situações consideradas normais e, então, conseguem identificar quando algo foge desse padrão.

Retirado e adaptado de: CÂMERAS com IA prometem prever crimes antes que aconteçam, mas acendem alerta sobre privacidade. **G1**, 9 ago. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2026/08/09/cameras-com-ia-prometem-prever-crimes-antes-que-acontecam-mas-acendem-alerta-sobre-privacidade.ghtml. Acesso em: 10 ago. 2026.

TEXTO 3

Minority Report: sinopse do filme (2002)

Washington, 2054. O assassinato foi banido, pois há a divisão pré-crime, um setor da polícia na qual o futuro é visualizado por meio de paranormais, os precogs, e o culpado é punido antes do crime ter sido cometido. Quando os três precogs, que só trabalham juntos e flutuam conectados em um tanque de fluido nutriente, têm uma visão, o nome da vítima aparece escrito em uma pequena esfera e, em outra esfera, está o nome do culpado. Também surgem imagens do crime e a hora exata em que acontecerá. Essas informações são fornecidas para uma elite de policiais, que tentam descobrir onde será o assassinato, mas há um dilema: se alguém é preso antes de cometer o crime, pode esta pessoa ser acusada de assassinato, pois o que motivou sua prisão nunca aconteceu? O líder da equipe de policiais é John Anderton (Tom Cruise), que perdeu o filho seis anos atrás em virtude de um criminoso que o sequestrou. O desaparecimento da criança o fez se viciar em drogas e ainda continua dependente, mas isso não o impede de ser o policial mais atuante na divisão pré-crime. Porém, algo muda totalmente sua vida quando vê, por meio dos precogs, que matará um desconhecido em menos de trinta e seis horas. A confiança que Anderton tinha no sistema rapidamente se perde e John segue uma pequena pista, que pode ser a chave da sua inocência: um estranho caso que não foi solucionado e há um "relatório menor", uma documentação de um dos raros eventos no qual o que um precog viu é diferente dos outros. Mas apurar isso não é uma tarefa fácil, pois a divisão pré-crime já descobriu que John Anderton cometerá um assassinato e todos os policiais que trabalhavam com ele tentam agora capturá-lo.

Retirado e adaptado de: ADOROCINEMA. [Página de filme]. AdoroCinema, [s. d.]. Disponível em: https://www.adorocinema.com/filmes/filme-34917/. Acesso em: 10 ago. 2026.

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita e na norma culta da língua portuguesa sobre o tema "Uso de tecnologias de monitoramento como instrumento de segurança pública: possibilidades e limites". Elabore seu texto pautando-o em argumentos, redija-o de forma coesa e coerente com o tipo textual solicitado, respeitando o limite de 20 (vinte) a 30 (trinta) linhas.

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA DE REDAÇÃO

TEXTUAL – 15 pontos

Tipologia textual – 0 a 1,5

Especificação do critério: capacidade de expor a respeito do tema, indicando um posicionamento (tese) e apresentando argumentos que sustentem esse posicionamento.

Espera-se que o candidato se posicione (sem que, para isso, precise usar expressões como eu acho que, na minha opinião, penso que, eu tenho experiência...) a respeito da temática que está apresentando, que avance da simples exposição e apresente fatos, informações e recursos que fundamentem a posição defendida, além de defender essa posição por meio das escolhas lexicais, sintáticas e semânticas.

Organização dos parágrafos no texto (introdução/desenvolvimento/conclusão) – 0 a 1,5

Especificação do critério: capacidade de organizar o texto de modo fluido e que esteja organizado em, pelo menos, três partes.

Espera-se que o candidato inicialmente apresente o tema, contextualizando sua produção. Em seguida, desenvolva suas ideias de modo a posicionar-se e apresentar argumentos que avancem e retomem as informações necessárias sobre o tema. E, por fim, faça um fechamento do texto que conclua as discussões apresentadas, sem apresentar novos argumentos na parte de conclusão cuja organização deve ser constituída por um movimento de retomada de objetivo e entrelaçamento final ao texto.

Uso adequado de conectivos e elementos anafóricos – 0 a 1,5

Especificação do critério: capacidade de articular as unidades do texto (sentenças, proposições e parágrafos) de forma consistente e coerente.

Espera-se que o candidato estabeleça relação entre as ideias apresentadas no texto, articulando-as, de modo que seu texto não fique truncado ou apresente apenas uma sequência de frases desconexas. É importante atentar-se ao sentido dos conectivos empregados, de forma que estes sejam coerentes (por exemplo: não iniciar conclusão com operadores como: no entanto ou embora, quando estes tiverem que introduzir um fechamento).

Abordagem temática – 0 a 1,5

Especificação do critério: capacidade de abordar a temática proposta, com apoio nos textos sugeridos, mobilizando conhecimento prévio relevante sem que se fuja ao tema.

Espera-se que o candidato compreenda a proposta, sem tangenciá-la. Para tanto, deve construir seu texto com consistência e argumentação sólida. Todas as partes do texto devem contribuir para o desenvolvimento da proposta, articuladas com posicionamento crítico, sem que fique no senso comum. Espera-se que o candidato discuta o uso de tecnologias de monitoramento como instrumento de segurança pública, extrapolando, assim, os dois primeiros textos (que focalizam a segurança privada), considerando suas possibilidades e seus limites, de modo a estabelecer relações pertinentes entre o emprego desses recursos, a promoção da segurança e a garantia dos direitos dos cidadãos. A abordagem deve contemplar, portanto, não apenas as potencialidades dessas tecnologias para a prevenção e o enfrentamento da criminalidade, mas também os desafios e riscos associados ao seu uso, tais como a proteção da privacidade, o tratamento de dados pessoais, a possibilidade de vigilância excessiva e os limites da utilização de sistemas automatizados na tomada de decisões.

Progressão temática nos parágrafos – 0 a 1,5

Especificação do critério: capacidade de elaborar um texto que faça movimentos de retomada e avanço, com relações de correferenciação, avançando na sequencialidade das partes do texto.
Espera-se que o candidato demonstre domínio na progressão temática dos parágrafos, articulando suas ideias de forma lógica e coesa ao longo do texto. Cada parágrafo deve desenvolver um aspecto específico do tema, mantendo relação direta com a tese ou proposta central, de modo que o leitor perceba uma continuidade de raciocínio sem rupturas ou repetições desnecessárias. A progressão temática adequada revela a capacidade de organizar o pensamento, construir encadeamentos argumentativos consistentes e empregar adequadamente recursos de coesão textual, como conectivos.

Uso adequado dos conectivos e de outros elementos coesivos – 0 a 1,25
Especificação do critério: capacidade de sequenciar e articular as ideias em linguagem clara e objetiva.
Espera-se que o candidato apresente ideias que sejam articuladas entre si – isso abrange tanto avanços quanto retomadas que sejam processuais – e que elabore um texto que apresente unidade à leitura, considerando-se a proposta apresentada. Deve, assim, fazer movimentos de coesão referencial e sequencial.

Pertinência dos repertórios – 0 a 1,25
Especificação do critério: capacidade de mobilizar conhecimentos prévios relevantes à temática apresentada.
Espera-se que o candidato utilize repertórios pertinentes ao tema proposto, demonstrando capacidade de seleção e articulação de conhecimentos que contribuam efetivamente para a construção de seu argumento no espaço de que dispõe para a produção do texto. Os repertórios (sejam eles históricos, literários, filosóficos, científicos, culturais ou de atualidades etc., a depender do enfoque dado ao tema) devem estar relacionados de forma direta e produtiva com a discussão apresentada, evitando-se citações genéricas, deslocadas ou superficiais. Além disso, espera-se que o candidato contextualize e interprete os repertórios empregados, mostrando compreensão e domínio sobre o conteúdo citado, e não apenas a memorização de uma série de informações.

Estratégia argumentativa – 0 a 1,25
Especificação do critério: capacidade de argumentar em favor do ponto de vista adotado.
Espera-se que, a depender do enfoque dado ao tema, o candidato tenha conhecimento a respeito de pesquisas, séries, filmes, livros, músicas, peças de teatro, normativas, legislações e/ou outros artefatos culturais que toquem na temática abordada. É importante que haja explicitação de fontes para a defesa da tese adotada – não apenas o emprego da opinião do candidato, mas um posicionamento pautado em evidências. Os argumentos devem ser apresentados de uma forma clara, explícita e posicionada, a partir, inclusive, do estilo textual do autor.

Aprofundamento dos argumentos – 0 a 1,25
Especificação do critério: capacidade de desenvolvimento dos argumentos que sustentem a tese.
Espera-se que o candidato demonstre aprofundamento dos argumentos, desenvolvendo suas ideias de maneira consistente, reflexiva e sustentada por justificativas bem elaboradas. Isso implica ir além da exposição de opiniões ou dados, articulando análises, relações de causa e consequência, exemplos concretos e interpretações críticas que evidenciem domínio do tema e capacidade de reflexão. O aprofundamento argumentativo requer que o candidato explore as implicações, limites e nuances das questões abordadas, evitando generalizações ou simplificações excessivas.

Organização sintática dos períodos – 0 a 1,25
Especificação do critério: capacidade de estruturar sentenças de forma clara e objetiva, apresentando correção e fluidez.

Espera-se que o candidato consiga construir sentenças que respeitem uma ordem clara na relação entre seus elementos e na relação de sentenças entre si, de forma que haja articulação entre as frases, orações, períodos e porções maiores no texto. Para tanto, é necessário que indique a correta ordenação dos elementos, apresentando unidades de ideia e articulando-as entre si quando necessário. Neste aspecto, também devem ser consideradas relações como concordância, regência e colocação pronominal adequadas ao texto.

Análise crítica em relação ao tema proposto – 0 a 1,25
Especificação do critério: capacidade de observar a temática sob o prisma criterioso e reflexivo dos efeitos da temática na sociedade.
Espera-se que o candidato se posicione a respeito da temática apresentada, não apenas expondo os problemas, mas se colocando em relação a eles, analisando-os, indicando possibilidades de solução ao problema indicado no tema, considerando os direitos humanos.

GRAMATICAL – 15 pontos

Domínio da norma culta da língua (descontar 0,15 a cada desvio) – 0 a 1,5
Especificação do critério: capacidade de empregar, ao longo do texto, estruturas linguísticas compatíveis com a norma culta da língua portuguesa.
Espera-se que o candidato demonstre domínio consistente da variedade culta, empregando construções gramaticais adequadas ao contexto formal exigido pelo texto dissertativo-argumentativo em contextos como o expresso no certame. Isso inclui o uso adequado de formas verbais, pronomes, tempos e modos verbais, bem como o respeito às convenções morfológicas e sintáticas próprias da norma culta, sem emprego de gírias e outras variações estilísticas. Assim, o candidato deve evitar usos coloquiais ou inadequados ao gênero e manter coerência à norma culta linguística em todo o texto.

Pontuação (descontar 0,15 a cada desvio) – 0 a 1,5
Especificação do critério: capacidade de empregar a pontuação de maneira adequada à organização sintática e ao sentido no texto.
Espera-se que o candidato utilize os sinais de pontuação de forma funcional, contribuindo para a clareza, a fluidez e a compreensão das ideias. A pontuação deve refletir as relações sintáticas entre as orações, indicar relações coesivas necessárias e evitar ambiguidades. Além disso, deve demonstrar domínio dos usos mais recorrentes (como vírgulas, pontos, dois-pontos, travessões e aspas), garantindo precisão na estruturação dos períodos e respeito às normas vigentes.

Acentuação (descontar 0,15 a cada desvio) – 0 a 1,5
Especificação do critério: capacidade de empregar corretamente os acentos gráficos conforme as regras ortográficas da língua portuguesa.
Espera-se que o candidato acentue adequadamente as palavras, respeitando as normas de acentuação de oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas, bem como as regras especiais envolvendo ditongos, hiatos e monossílabos tônicos, além das demais formas de acentuação.

Ortografia (descontar 0,15 a cada desvio) – 0 a 1,5
Especificação do critério: capacidade de empregar a grafia correta das palavras de acordo com a norma ortográfica vigente.

Espera-se que o candidato escreva as palavras com correção, observando as regras de emprego de letras, dígrafos, encontros consonantais, hífen e demais convenções definidas pelo Acordo Ortográfico.

Concordância verbal (descontar 0,15 a cada desvio) – 0 a 1,5
Especificação do critério: capacidade de estabelecer relações corretas entre verbo e sujeito, de acordo com as normas de concordância verbal, ainda que os elementos estejam em ordem inversa.
Espera-se que o candidato empregue verbos devidamente flexionados em número e pessoa, respeitando as regras de concordância, inclusive nos casos especiais, como sujeitos compostos, sujeitos pospostos, expressões partitivas e pronomes relativos, além dos casos de verbos impessoais, como ter e haver na indicação de passagem de tempo.

Concordância nominal (descontar 0,15 a cada desvio) – 0 a 1,5
Especificação do critério: capacidade de estabelecer relações adequadas de gênero e número entre os termos que compõem o sintagma nominal.
Espera-se que o candidato utilize de forma correta a flexão de artigos, adjetivos, pronomes e numerais, assegurando coerência morfológica entre os elementos que qualificam ou determinam um substantivo.

Regência verbal (descontar 0,15 a cada desvio) – 0 a 1,5
Especificação do critério: capacidade de empregar, de maneira adequada, as relações de dependência entre verbos e seus complementos, considerando os múltiplos sentidos que nascem das variadas formas de regência de alguns verbos.
Espera-se que o candidato selecione e utilize corretamente as preposições exigidas pelos verbos, respeitando a regência prevista pela norma culta, considerando os sentidos que almeja expressar. Isso inclui dominar regimes verbais simples e compostos, bem como reconhecer variações aceitas e evitar construções incoerentes à norma.

Regência nominal (descontar 0,15 a cada desvio) – 0 a 1,5
Especificação do critério: capacidade de empregar corretamente as preposições que estabelecem relações entre substantivos, adjetivos ou advérbios e seus complementos.
Espera-se que o candidato indique, de forma apropriada, o vínculo entre nomes e termos complementares, respeitando as preposições regidas por cada palavra, considerando os diferentes sentidos e significados que nascem das relações de regência.

Crase (descontar 0,15 a cada desvio) – 0 a 1,5
Especificação do critério: capacidade de empregar corretamente o acento indicativo de crase, reconhecendo contextos obrigatórios, facultativos e proibidos.
Espera-se que o candidato utilize a crase quando houver fusão da preposição "a" com o artigo ou pronome demonstrativo "a(s)", avaliando adequadamente a regência verbal ou nominal envolvida e o valor semântico da expressão.

Colocação pronominal (descontar 0,15 a cada desvio) – 0 a 1,5

Especificação do critério: capacidade de posicionar corretamente os pronomes oblíquos átonos na frase, conforme as regras indicadas pela norma padrão.

Espera-se que o candidato empregue próclise, ênclise ou mesóclise de acordo com os fatores de atração, com o tipo de verbo e com o registro formal exigido pelo texto dissertativo-argumentativo.

Aracruz/ES, 28 de setembro de 2026.

Instituto de Desenvolvimento e Capacitação
IDCAP